

As estratégias familiares de Pereira Passos e Paulo de Frontin, dois engenheiros que se fizeram prefeitos do Rio de Janeiro na Primeira República

The family strategies of Pereira Passos and Paulo de Frontin, two engineers who became mayors of Rio de Janeiro in the First Republic

FELIPE MARTINS DOS SANTOS

Doutorando em História - Programa de Pós-graduação em História (PPHR-UFRRJ). Professor da SEEDUC-RJ.

felippe.martinss@gmail.com

RESUMO: Este artigo aborda as estratégias familiares de Francisco Pereira Passos e Paulo de Frontin, dois engenheiros e empresários do ramo industrial e de infraestrutura que se tornaram prefeitos do Rio de Janeiro durante a Primeira República. O nosso objetivo é compreender como as relações de parentesco foram elementos de projeção e de orientação destas figuras que se notabilizaram como quadros técnicos. Para isso, analisamos mapas genealógicos, a partir de laços consanguíneos diretos de três gerações, que abrangem o período do fim do século XVIII até meados do século XX. As fontes primárias utilizadas consistem em documentação de registro civil, obras de cunho biográficos e da imprensa.

PALAVRAS-CHAVE: Engenheiros, estratégia familiar, reciprocidade.

ABSTRACT: This article addresses the family strategies of Francisco Pereira Passos and Paulo de Frontin, two engineers and entrepreneurs in the industrial and infrastructure sectors who became mayors of Rio de Janeiro during the First Republic. Our objective is to understand how kinship relationships were elements of projection and orientation of these figures that became notable as technical staff. For this, we analyze genealogical maps based on direct consanguineous ties of three generations, which cover a period between the end of the 18th century and the middle of the 20th century. The primary sources used consist of civil registry documentation, biographical works and the press.

KEYWORDS: Engineers, family strategy, reciprocity.

Delimitando questões

Este artigo aborda as histórias de família de Francisco Pereira Passos e André Gustavo Paulo de Frontin, dois engenheiros consagrados que chegaram à chefia do Executivo Municipal do Rio de Janeiro durante a Primeira República. A escolha por esses personagens obedece, em primeiro plano, a um critério de relevância, pois ambos promoveram importantes transformações na *urbe* da então Capital do país¹. Além disso, optamos por dar enfoque a um universo de práticas sociais mais amplas do que propriamente sobre as suas atuações na área da engenharia ou da política. Assim, a nossa proposta é compreender como as redes de parentesco se embrincavam com as relações profissionais e políticas destes personagens.

Para isso, tomamos como ponto de partida as reflexões sobre as *estratégias familiares* (LEVI, 2000), enquanto expedientes fundamentais de agência diante das incertezas sociais desde o Antigo Regime na Europa, como também na América portuguesa, de realidade pré-industrial e preponderantemente agrária (ALMEIDA; FRAGOSO & SAMPAIO, 2007). É importante ressaltar, que interpretações já clássicas vêm ressaltando a importância dos vínculos de parentesco nas disputas políticas locais de pequenas e médias cidades do interior do Brasil nos séculos XIX e XX (QUEIROZ, 1975), como também trabalhos historiográficos que demonstraram a relevância dos laços familiares como elementos de coesão das elites políticas no Império e a sua relevância na construção de carreiras políticas (GRAHAM, 1997; MARTINS, 2005; VARGAS, 2007).

A historiografia sobre a trajetória destes engenheiros foi marcada, inicialmente, por biografias de perfil laudatório e pouco críticas, elaboradas por memorialistas, engenheiros, jornalistas e familiares, que ofereceram um panorama significativo de informações sobre Pereira Passos (CORRÊA, 1936; PAOLOPOLITANO, 1941; SILVA, 1943; ATHAYDE, 1944; FILHO, 1951) e Paulo de Frontin (ATHAYDE, 1962; MARTINS, 1966; JOPPERT, 1972). Foi a partir dos anos de 1980 que surgiram diversos trabalhos produzidos por historiadores profissionais em programas de pós-graduação que, direta ou indiretamente, destacaram a atuação destes engenheiros como figuras-chave na reforma urbana do Rio de Janeiro do início do século XX. Em linhas gerais, esta tendência adotou uma postura crítica sobre a ação destes reformadores, associando-os aos interesses da burguesia em detrimento das populações mais po-

bres (ABREU, 1988; BENCHIMOL, 1992; CARVALHO, 1995; CARDOSO e VAZ, 1985; LAMARÃO, 1991; ROCHA, 1995; entre outros).

Posteriormente, André Azevedo retomou o debate, ao problematizar esta interpretação de uma ação monolítica tramada pela burguesia na *grande reforma urbana* da Capital (AZEVEDO, 2016, p. 26-27). Ao longo de sua obra, Azevedo demonstrou de forma clara as diferentes concepções destes reformadores sobre a cidade; traçando, por um lado, um perfil erudito de Pereira Passos, como um homem que construiu a maior parte de sua carreira ao longo do Império, que orientou sua atuação como prefeito da cidade com uma noção de *civilização* de matriz europeia. Enquanto Paulo de Frontin, e os próceres do *Clube de Engenharia* colocaram em prática uma ideia de modernização calcada no *progresso* material, viabilizado junto ao poder público (AZEVEDO, 2016). O perfil de Frontin, mais dado a cargos políticos, mereceu trabalhos sobre o longo período em que foi presidente do *Clube de Engenharia*, entre 1903 e 1933, uma agremiação fundada em 1880, que promoveu a articulação de interesses de engenheiros, empresários e industriais (CURY, 2000); e também como parlamentar e chefe de partido político (FREIRE, 2003; PINTO, 2011).

Embora estas obras tenham dado maior ou menor destaque às questões familiares, consideramos ser relevante um enfoque destas relações como dispositivos sociais eficazes diante das incertezas impostas pelas transformações ocorridas ao longo século XIX e início do XX. Por isto, abordamos a herança genealógica dos dois engenheiros como redes importantes para as suas carreiras profissionais, bem como na formação de alianças políticas e na construção de fortunas e de prestígio social (FERREIRA, 2013, p. 8). Dessa forma, os mapas genealógicos apresentados foram construídos a partir documentação de registro civil (nascimento, morte, batismo e casamento), de fontes da imprensa (obituários, notícias sobre casamento, batismo, nascimento e referências sobre ocupação profissional) e dados levantados pelos seus biógrafos.

Os Pereira Passos: uma família abastada, com raízes no baronato do café

Francisco Franco Pereira Passos nasceu na Vila de São João do Príncipe, província do Rio de Janeiro, em 29 de agosto de 1836. Filho de

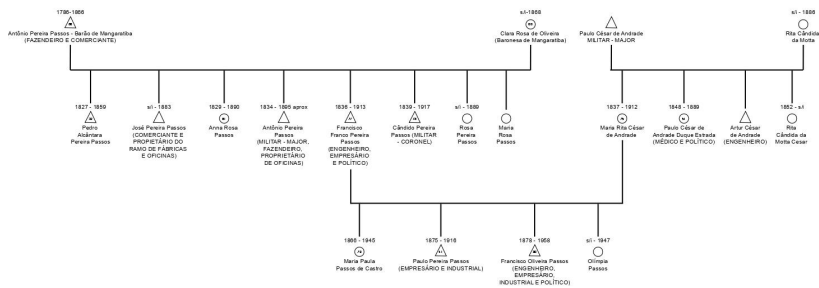
Antônio Pereira Passos, Barão de Mangaratiba, e de D. Clara Oliveira Passos. A vila surgiu como uma freguesia de Resende, no século XVIII, e foi elevada à condição de Vila de São João do Príncipe em 1811. Na República, tornou-se a cidade de São João Marcos e, juntamente com Resende, Rio Claro e Piraí, foi uma das grandes produtoras de café da região entre 1840 e 1889, tendo como escoadouro o Porto de Mangaratiba, que foi também um importante centro comercial. Com o fim do dinamismo do grande ciclo do cafeeiro do Vale do Paraíba, a já decadente São João Marcos sofreu, nas primeiras décadas do século XX, com surtos de malária em decorrência das contínuas terras alagadas, adquiridas pela *The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company* que deram lugar à represa de Ribeirão das Lages, parte do complexo de usinas hidrelétricas de Fontes, na região de Piraí. Na década de 1940, o município foi completamente despovoado e demolido para se tornar uma represa da companhia. (OLIVEIRA, 2014, p. 2-5.)

Antônio Pereira Passos, descendente de portugueses que se fixaram na região de Paraty desde o século XVIII, se tornou um abastado proprietário escravista, e grande comerciante em São João do Príncipe. Sua esposa, D. Clara Oliveira Passos era natural do Rio de Janeiro e provinha também de abastada família fluminense. Passos atuou na carreira pública, como 1º tabelião e escrivão da Câmara de São João do Príncipe, entre 1825 e 1835; foi vereador da Vila entre 1835 e 1841, procurador e provedor até 1850. Em sua *Fazenda do Bálsamo* eram cultivados café, cana, mandioca, arroz, milho e feijão, chegando a produzir 4.000 arrobas de café por ano, além de hortaliças e cereais diversos. (AZEVEDO, 2003, p. 193-194). O título de Barão de Mangaratiba foi concedido, em 1860, em virtude de serviços prestados à Câmara Municipal.

Os Pereira Passos tinham características típicas das *parentelas* estratificadas (QUEIROZ, 1975, p. 165) que se formavam em torno de poderosas famílias de regiões agrárias voltadas principalmente à atividade de exportação. Tais grupos de parentesco conjugavam integrantes de níveis diversificados que se ligavam por complexas reciprocidades verticais e horizontais, sustentadas por fluxos de prestações e contraprestações, que se constituíam a partir do núcleo familiar e se espraiavam por laços pessoais tanto do ramo paterno quanto materno, agregando outras famílias. Estes agrupamentos se ligavam não somente por vínculos consanguíneos diretos, como também por matrimônio e por compadrio. Para Queiróz, estas estruturas tinham íntimas relações com

disputas pelo poder local nas pequenas e médias cidades brasileiras, que se transformavam em verdadeiras facções políticas em torno da Câmara local (1975, p 165-166).

Mapa Genealógico 1: Pereira Passos (1786 - 1958)



Fonte: Livros de Registro Civil (1829-2012) – Circunscrição de pessoas naturais do Rio de Janeiro (Arquivo Nacional) disponível em: <https://www.familysearch.org/>. Último acesso: 11/09/2020

Livros de Batismo da Igreja Católica (1688-1935). (Arquivo Nacional). Disponível em: <https://www.familysearch.org/>. Último acesso: 11/09/2020.

Periódicos: Jornal do Commercio (RJ) (1850 – 1889).

Diário do Rio de Janeiro. Edição (1857).

Correio Mercantil (RJ). Obituário. 17 mar 1859. Edição 076, p.1.

Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ) – (1844 a 1885)

Almanack Lacruzet: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) (1891 - 1940)

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – CPDOC/FGV

Observed: I) Em relação às patentes militares, foram consideradas as últimas referências encontradas nos almanacks citados e II) privilégios o nome de batismo das três gerações. III) Foram desconsideradas informações de integridade que não chegaram à idade adulta.

A partir disto, identificamos oito filhos que pertenceram ao núcleo da parentela do Barão de Mangaratiba. O obituário do *Correio Mercantil* de 1859 informa o falecimento de Pedro de Alcântara Pereira Passos (17/03/ 1859, p.1) que inferimos ser o primogênito que falecera de febre amarela aos 32 anos. Seus outros irmãos deram continuidade aos negócios do pai em São João do Príncipe, além de exercerem funções militares e de manterem negócios na cidade do Rio de Janeiro, onde atuavam em setores da construção e do comércio. José Pereira Passos, foi negociante na Vila de São João e teve negócios na Corte, também há registros de seu armazém no ramo de produção de sabão, azeite e óleos na Rua do Rosário e Senador Eusébio (ALMANACK ADMINISTRATIVO..., edição 30, 1873, p. 706), além de uma oficina de carpintaria e serviços de mestres de obras na rua da Ajuda em sociedade com seus irmãos (ALMANACK ADMINISTRATIVO..., edição 32, 1875, p. 911).

Antônio Pereira Passos e Cândido Pereira Passos deram sequência aos negócios da fazenda e se ocuparam com postos militares. O primeiro aparece nas páginas do *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial* da Província do Rio de Janeiro como Major da *Guarda Nacional*² na Vila de São João do Príncipe. Além do mais, Antônio atuou no ramo de produção de materiais de construção na cidade do Rio de Janeiro, em sociedade com José da Costa Lima: uma marcenaria na Rua Teófilo Ottoni. (ALMANACK ADMINISTRATIVO..., edição 42, 1885, p. 720). Cândido Pereira Passos, o caçula, chegou à patente de coronel da *Guarda Nacional*, assumindo o Estado Maior da milícia na região, como Comandante Superior em São João do Príncipe (ALMANACK ADMINISTRATIVO..., edição 37, 1880, p. 27.)

Francisco Pereira Passos foi quem representou de forma mais evidente uma inflexão nesta estratégia familiar de continuidade da *parentela* do Barão de Mangaratiba, ao se distanciar de ocupações que orbitavam o poder local de São João do Príncipe, como a produção agrícola, comercial e carreira na *Guarda Nacional*. Assim, o jovem fez os primeiros estudos na fazenda da família, com professor contratado, e foi enviado para a Corte, em 1850, onde estudou no Colégio São Pedro de Alcântara, uma instituição privada que tinha como clientela alunos de camadas abastadas da cidade e o do interior da Província do Rio de Janeiro (ATHAYDE, 1944, p. 37). Para um filho de cafeicultor prestigiado, o destino clássico de formação superior seria a medicina, nas Escolas do Rio de Janeiro ou da Bahia, ou o curso de direito, em São Paulo e no Recife. No entanto, em 1852, Passos optou pelo curso engenharia ofertado pela Escola Militar no Rio de Janeiro e geralmente frequentado por filhos de militares ou por jovens oriundos de camadas sociais menos favorecidas, que buscavam alavancar a carreira como oficiais do Exército.

Como demonstra o mapa genealógico acima, em 1865, Francisco Pereira Passos se casou com D. Maria Rita César de Andrade, tendo como filhos, Maria Paula, Paulo, Francisco e Olímpia Passos. A esposa de Pereira Passos, D. Maria Rita César pertencia à família dos Andrade Duque Estrada, que matinha similaridades com o perfil de *parentela* dos Pereira Passos. Uma família tradicional de Niterói, provenientes da *Fazenda de S. Paio*, em Itaboraí, e seus membros pertenciam à elite política local. O avô de Maria Rita César de Andrade, Augusto César de Andrade Duque Estrada foi vereador em duas legislaturas na Câmara de Niterói, entre 1877-1880 e 1881-1885. O seu pai, o fazendeiro Major César de Andrade

foi casado com Rita Cândida da Motta. (CAMPOS, 2004, p. 109-110). A família manteve influência política na região de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí. João Anastácio Ferreira Duque Estrada (1822-1881), irmão do Major César de Andrade, foi engenheiro formado pela *Escola de Arquitetos Medidores de Niterói*, trabalhou na *Diretoria de Obras Públicas da Província* e se elegeu vereador na região em 1877. Além de Luís Mattoso Duque Estrada Câmara, que assumiu o cargo de juiz substituto da Primeira Vara da Região em 1869. (CAMPOS, 2004, p. 109-110).

Os cunhados de Pereira Passos, Paulo Cesar e Artur César de Andrade Estrada, à exceção de Rita Cândida da Motta César, possuíam formação superior e ocuparam cargos políticos. Paulo Cesar de Andrade Duque Estrada foi médico e político, tendo sucessivas passagens no legislativo como vereador em Niterói e como deputado provincial (CAMPOS, 2004, p.110). Arthur César de Andrade Estrada se formou em engenharia e não teve o mesmo sucesso político do irmão, já seu filho, que herdou o nome e a formação, foi prefeito de São Gonçalo em 1917 (PALMIER, 1940. p. 217.)

O ramo familiar construído por Pereira Passos e D. Maria Rita César teve característica urbana e economicamente abastada, com formação de seus membros no ensino superior, e índices de natalidade menores do que de suas gerações anteriores. Quando consideramos as relações geracionais do mapa genealógico, constatamos que entre a primeira e a segunda geração houve uma tendência de continuidade, na qual Francisco Pereira Passos foi o elemento de inflexão. Já a geração de seus filhos foi marcada pela baixa diversificação de formação e de ocupação profissional.

Pereira Passos se formou em Ciências Físicas e Matemáticas pela *Escola Militar* na cidade do Rio de Janeiro, em 1856. No ano seguinte, valendo-se da força de sua parentela e das relações pessoais mantidas pelo seu pai na Corte, iniciou a sua vida profissional dentro dos quadros do Estado Imperial como adido à delegação Brasileira em Paris, entre 1857 e 1860. Na França, teve a oportunidade de frequentar cursos e participar de projetos profissionais na *École de Ponts et Chaussées*. Com a experiência adquirida no exterior, ocupou cargos estatais no Brasil, quando foi nomeado pelo Conselheiro João Alfredo para ser consultor técnico do Ministério da Agricultura e Obras Públicas (1870-1873). Em 1874, exerceu a função de engenheiro do Ministério do Império, com a responsabilidade de acompanhar as principais obras realizadas em pré-

dios públicos projetados na Corte, além de ter integrado a comissão que elaborou o plano de melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro entre 1875 e 1876 (BENCHIMOL, 1992 p. 137-143).

O engenheiro alcançou um dos mais altos escalões da administração pública como diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II (1876-1880), mesma ferrovia que dirigiu, na República, sob o nome de Central do Brasil (1897-1899). O seu último cargo público de relevo foi o de Prefeito da Capital Federal com a missão de empreender um arrojado plano de reformas urbanas na cidade (1902-1906). Passos também atuou na iniciativa privada, com destaque para a restauração do sistema de construção naval da Ponta da Areia de Niterói, em 1873, de propriedade do empresário e industrial Visconde de Mauá e, posteriormente, na implementação do sistema de cremalheira na Estrada de Ferro da Raiz da Serra de Petrópolis (ATHAYDE, 1944, p. 137-138). Em 1882, assumiu a direção da *Companhia de Carris de São Cristóvão*, que atuava no serviço por tração animal, e junto com Marcelino Roma e Lopes Ribeiro, projetou e construiu a primeira via de turismo criada na Corte, que foi a *Estrada de Ferro do Corcovado*.

Em 1887, o engenheiro se tornou proprietário da Serraria de Santa Luzia, empresa que se tornaria um negócio de família. Passos comprou a companhia de Etienne Bernachot e sua filha D. Maria Joaquina Bernachot, por aproximadamente de 104:000\$000, e a transformou em uma das principais fornecedoras de madeira para palacetes do Rio de Janeiro, atuando inicialmente no ramo de importação de pinho, serraria e carpintaria. O patriarca se manteve no comando da empresa até 1903, quando assumiu a prefeitura da Capital Federal, quando o empreendimento passou a se chamar *F. P. Passos & Filho*, em sociedade com o filho primogênito, Paulo de Oliveira Passos. Neste momento, o capital da companhia era de 150:000\$000, que diversificou a sua produção com materiais voltados à construção civil, entre eles, cal, cimento e telhas francesas. (LLOYD, 1913, p. 535-547).

A passagem do então sexagenário Pereira Passos pela Prefeitura do Rio de Janeiro foi intensa para a sua vida pública e privada. Ao mesmo tempo em que passava o controle de sua companhia para o filho mais velho, Paulo Passos, nomeara Francisco de Oliveira Passos como consultor técnico da prefeitura do Distrito Federal durante toda a sua gestão. Francisco se formou pela *Real Escola Superior Politécnica da Saxônia*, na Alemanha, em 1901, e havia trabalhado como engenheiro na Leopoldi-

na Railway e na Estrada de Ferro Central do Brasil. Desta forma, o herdeiro de Pereira Passos, por volta de seus 25 anos de idade, atuou nas reformas mais impactantes da Capital da República do início do século e vencendo o concurso para a construção do *Theatro Municipal do Rio de Janeiro*. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Obituário. Edição 253, 1958, p.1).

Um certame que teve como resultado final a fusão de seu projeto como o do arquiteto francês Albert Guilbert, cujas obras se iniciaram em janeiro de 1905 e foram inauguradas em 1909, durante o governo de Nilo Peçanha. Em 1910, Francisco Passos foi nomeado *Diretor Geral do Theatro Municipal*, cargo que ocupou por quatro anos (O PAIZ, edição 11024, 1914, p. 2).

A *grande reforma do Rio de Janeiro* também foi uma fase pródiga para a empresa dos Pereira Passos. Dentre as razões que levaram ao crescimento da companhia, destacamos o aumento extraordinário da demanda por material de obras na Capital e o prestígio da família Passos naquele contexto. Assim, em 1906, com parcelas significativas das intervenções urbanísticas da prefeitura já concluídas, os dirigentes da *F. P. Passos & Filho* adquiriram uma grande faixa de terreno à Praia de São Cristóvão. Ali estabeleceram uma filial da serraria, onde instalaram máquinas aperfeiçoadas para trabalhos em madeiras nacionais e estrangeiras, sendo a maior parte destas movidas a eletricidade. (LLOYD, 1913, p.535-547).

Em janeiro de 1910, a empresa foi transformada na *Paulo Passos & Cia.*, quando o seu capital aumentou em 12000%, chegando a 1.800:000\$000 e tendo como sócios o experiente Francisco Pereira Passos, Tancredo C. Cruz e Arthur F. Lefebvre. Como o falecimento do seu patriarca, em 1913, a companhia passara a se chamar *Comércio e Indústria Paulo Passos S.A.* e continuava especializada na indústria e no comércio de madeiras e materiais de construção civil. (idem).

Em 1916, Paulo Pereira Passos faleceria e, com isso, Francisco Oliveira Passos assumiria a antiga *Serraria de Santa Luzia*. Este se revelou como o principal herdeiro do legado político de seu pai, tornando-se uma importante liderança do segmento industrial. A partir de 1926, Francisco Passos foi eleito presidente da *Confederação dos Industriais Brasileiros* (CIB), que se transformou em *Federação Industrial do Rio de Janeiro* (FIRJ) em 1931. Em 1933, foi fundada a *Confederação Industrial do Brasil* (CIB) com a participação de Oliveira Passos, que atuou como delegado da FIRJ, sendo seu primeiro presidente. Um dos objetivos desta instituição

foi o estabelecimento de uma associação mais sólida entre os diversos grupos empresariais do Brasil. No mesmo ano, foi eleito deputado classista para integrar a Assembleia Nacional Constituinte. (DIAS, 2015, n/p)

A irmã, Maria Paula Passos de Castro, se casou com Ernesto Werneck Teixeira de Castro, filho do Visconde de Arcozelo, família proprietária de terras e dona uma casa de exportação de café na cidade do Rio de Janeiro (ALMANACK ADMINISTRATIVO..., edição 42, 1885, p. 669). A caçula, Olympia Passos, não se casou e não deixou filhos.

Os Frontin, descendentes de um engenheiro francês que veio fazer fortuna no Brasil

André Gustavo Paulo de Frontin nasceu na Raiz da Serra de Petrópolis, uma freguesia da Vila da Estrela, província do Rio de Janeiro, em 17 de setembro de 1860. A região hoje se situa entre os municípios fluminenses de Duque de Caxias e Magé, à margem dos rios Inhomirim e Saracuruna, que deságuam no Rio da Estrela em direção à Baía de Guanabara. Desde o período colonial, a região foi rota de escoamento da produção agrícola local e serviu como caminho de exportação da mineração de Minas Gerais e Goiás. Por volta da segunda metade do século XIX, o Porto da Estrela foi um dos mais importantes da província, inclusive para a exportação de parte do café do Vale do Paraíba e por conta de suas movimentadas casas de comércio (ABREU, 1996).

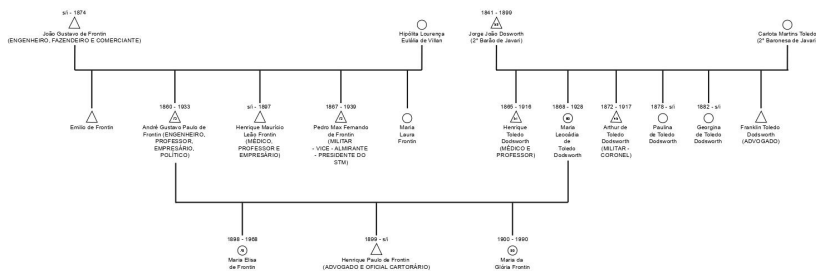
O povoado foi elevado à categoria de vila, em 1846, e teve sob a sua jurisdição a colônia Imperial de Petrópolis até 1857, além das freguesias de Inhomirim (Raiz da Serra), Nossa Senhora do Pilar e Guia do Pacobaíba. Em 1891, a sede do município foi transferida para o povoado de Inhomirim e no ano seguinte foi oficialmente extinta. A decadência da região teve relação com a chegada da ferrovia do Barão de Mauá, cuja primeira estação era ligada ao Porto Mauá, em Guia do Pacobaíba, há poucos quilômetros do ancoradouro da Estrela. A partir da década de 1870, progressivamente, a tradicional rota de exportação da região se tornou decadente e inviável economicamente (ABREU, 1996).

Em 26 de maio de 1844, o *Jornal do Commercio* noticiava em sua coluna "Movimento do Porto", a chegada do Jean Gustave de Frontin vindo de Le Havre (1844, edição 140, p. 4), comuna localizada no noroeste da França. O imigrante foi contratado pelo engenheiro Major Júlio Frederi-

co Köeler para trabalhar na construção da *Estrada Normal da Serra da Estrela*, hoje *Estrada Velha da Estrela*, que liga a Raiz da Serra à Petrópolis. Em 1857, João Gustavo casou-se com D. Hipólita Lourença Eulália Villan, natural de *Grenoble*, comuna do sudeste da França, cujos pais foram comerciantes do gênero de chapéus e guarda-chuvas na Rua do Ouvidor. (ATHAYDE, 1961, p. 20)

O casal de franceses foi morar na Raiz da Serra, onde tiveram cinco filhos. Com o fim das obras da *Estrada da Estrela*, o francês adquiriu fazenda na região, onde também manteve uma casa de negócios. Entre as décadas 1850 e 1870, encontramos registros de padarias na Corte em seu nome, na rua Nova de S. Pedro e na rua da Assembleia (ALMANACK ADMINISTRATIVO...edição, 1854, p. 556 e 1874, p. 847). E nos anos de 1867, as suas terras se tornaram uma das maiores produtoras de algodão da região, tendo como administrador João de Souza Rezende (1867,

Mapa Genealógico 2: Paulo de Frontin (1841 – 1990)



Fonte: Livros de Registro Civil (1829- 2012) – Circunscrição de pessoas naturais do Rio de Janeiro (Arquivo Nacional) disponível em: <https://www.familysearch.org/>. Último acesso: 11/09/2020.
Livros de Batismo da Igreja Católica (1668-1935). (Arquivo Nacional). Disponível em: <https://www.familysearch.org/>. Último acesso: 11/09/2020.
Periódicos: Jornal do Commercio (RJ) (1880 – 1889).
Diário do Rio de Janeiro. Edição (1857).
Correio Mercantil (RJ). Oitavo. 17 mar 1859. Edição 076, p.1.
Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ) – (1844 a 1885)
Almanak Laemann: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) (1891 - 1940)
Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – CPDOC/FGV
Observações: I) Em relação às potentes militares, foram consideradas as últimas referências encontradas nos almanques citados e II) privilegiamos o nome de batismo das três gerações. III) Foram desconsideradas informações de integrantes que não chegaram à idade adulta.

da Província do Rio de Janeiro incluía João Gustavo de Frontin ao grupo de 21 fazendeiros da Vila da Estrela, com a sua *Fazenda do Cannavial* dispondo da tecnologia de engenho a vapor, ao lado dos *Ravenscroft* e dos Augusto de Faria (1873, p. 133).

Os Frontin eram menos abastados e influentes que as grandes *parentelas* agrárias, como a de Pereira Passos. A este respeito, os biógrafos

de Paulo de Frontin fizeram questão de ressaltar a condição humilde de seu pai, como alguém que vivia para o sustento dos filhos (ATHAYDE, 1962, p. 22) e silenciam sobre questões como a utilização de mão de obra escrava, ao enfatizarem a participação do filho no Centro Abolicionista da *Escola Politécnica*, liderado pelo engenheiro André Rebouças (ATHAYDE, 1962, p. 38-39, MARTINS, 1966, p. 28-29; JOPPERT, 1972, p. 8). No entanto, João Gustavo de Frontin não viveu sempre nesta penúria, considerando que ele foi proprietário de fazenda e comerciante. Há também registros de seguros relativos a trabalho escravo e ações do *Banco do Brasil* em nome de “João Gustavo de Frontin” nas páginas da imprensa (CORREIO MERCANTIL... edição 128, 1855, p. 2 e Ed. 303, 1859, p. 3; JORNAL DO COMMERCIO, Ed. 202, 1867, p. 8; Ed. 209, 1867, p. 2, Ed. 201, 1869, p. 2; Ed. 286, 1869, p. 5).

Estes franceses adotaram a estratégia de inserção em redes de favores de padrinhos poderosos, como o já citado Major Köeler e o príncipe francês de Joinville, com quem João Gustavo foi trabalhar como procurador de suas terras em 1848. Um episódio que evidencia a força das redes familiares na projeção de seus membros, foi o pedido feito por João Gustavo para conseguir uma vaga para Paulo de Frontin no tradicional Colégio Pedro II (ATHAYDE, 1961, p. 23.). O filho havia iniciado os estudos no colégio São Luís, em Petrópolis, e se transferiu para a Corte, ingressando no educandário Pinheiro, na Praça XI. Em 1873, o pai mobilizou suas redes de favores e conseguiu que o filho fosse matriculado no Colégio Pedro II, aos treze anos, valendo-se da amizade com o jornalista Francisco Otaviano de Almeida Rosa, então senador do Império e diplomata, para obter uma carta de recomendação do ministro João Alfredo Correia de Oliveira para matriculá-lo no Colégio.

Em 1874, João Gustavo falecera repentinamente em um momento que os seus negócios fracassavam por conta da depressão econômica agravada com o fim da Guerra do Paraguai e por problemas na produção de algodão, uma combinação que foi desastrosa para a *Fazenda do Cannavial* (MARTINS, 1966, p. 26-27). Em uma fase de dificuldades financeiras para a família, Paulo de Frontin e seu irmão Henrique tiveram que dar aulas particulares para manterem na Corte, enquanto cursavam o ensino superior.

Fizeram parte desta geração, Emílio, que viveu apenas dois meses, André Gustavo, Henrique Maurício Leão, Pedro Max Fernando e Maria Laura de Frontin. Henrique Maurício Leão de Frontin se formou na Fa-

culdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1884, e na República enveredou na atividade empresarial liderado por Paulo de Frontin. Em abril de 1891, foi eleito sócio-diretor e tesoureiro da *Sociedade Anônima Companhia Brasil Territorial*, no processo de incorporação pela *Empresa Industrial Melhoramentos do Brasil* (JORNAL DO COMMERCIO, edição 109, 1891. p. 5). A *Brasil Territorial* atuava na área de concessão de contratos com o poder público de obras de infraestrutura, de melhoramentos e transportes urbanos. O mesmo ocorreu com a *Companhia Ferro Carril e Hotel Corcovado*, em 1892, que teve seu conselho fiscal dissolvido, por deliberação de seus acionistas em reunião presidida por Paulo de Frontin (JORNAL DO COMMERCIO, edição 223, 1892, p. 6.).

Pedro Max Fernando de Frontin fez carreira como oficial da Armada e chegou à presidência do Supremo Tribunal Militar (STM). Em 1882, ingressou na Escola Naval, se tornando guarda-marinha, em 1884, e no mesmo ano chegou à patente de segundo-tenente. Galgando os postos e graduações da corporação, foi promovido a vice-almirante em 1920. Também participou de momentos conturbados da vida política do país, como na reação do governo ao levante da Escola Militar e na repressão à Revolta da Vacina em 1904, além de participar da ação que debelou a Revolta da Chibata em 1910. Foi escolhido para comandar a Divisão Naval que lutou ao lado da Tríplice Entente na Primeira Guerra Mundial (REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA, edição 137, 1939, p. 1133-1135).

Pedro Max Fernando comandou importantes instituições da Armada, como a Escola de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande do Sul (1905-1906), foi diretor da Escola Naval de Guerra (1919-1920) e diretor-geral do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro em 1922. O momento de maior prestígio da sua carreira começaria em 1926, quando foi nomeado ao então Supremo Tribunal Militar (STM). Eleito, em 1931, para a Vice-Presidência da Corte e reeleito no ano seguinte. Teve assento na cadeira da Presidência do tribunal nos biênios 1934-1936 e 1936-1938 e se aposentou compulsoriamente em função da sua idade, em 1938, como previa a Constituição. O vice-almirante faleceu no ano seguinte na cidade do Rio de Janeiro. (REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA, edição 137, 1939, p. 1133-1135).

Como ressalta o biógrafo e sobrinho de Frontin, Luiz Dodsworth Martins, nem Maurício e nem Pedro se casaram ou deixaram descendentes diretos. Segundo Martins, o primeiro tinha um perfil “despreocupado” e, sem ambição material, morreu aos 35 anos. Já o perfil de Pedro foi mar-

cado pela rigidez, traçando sua carreira militar em “linha reta”. (MARTINS, 1966: p. 21-22). Assim, apenas Paulo e Maria Laura se casaram, o que demonstra que o matrimônio não foi a principal estratégia deste ramo familiar. A irmã foi casada como Rodolpho Hess, proprietário de terras na Província do Rio de Janeiro e que atuou no ramo de insumos farmacêuticos, na fábrica *Hess & Huber*, que tinha como sócio José C. Huber. Uma casa especializada em recipientes e acessórios de vidro, borracha, madeira e porcelana para farmácias e drogarias (ALMANACK LAEMMERT...,edição 58, 1901, p. 629).

Com a morte do pai, Paulo de Frontin herdara o papel de chefe de família, quando iniciou os estudos na *Escola Politécnica* no Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que dava aulas particulares para ajudar no seu sustento (ATHAYDE, 1961, p.24; MARTINS, 1966, p.27). De perfil negociador e com ambições políticas, tornou-se um engenheiro consagrado, empresário e uma liderança política da Capital Federal. Frontin teve trajetória na carreira pública e na iniciativa privada, como professor do *Colégio Pedro II* e da *Escola Politécnica*, além de empresário da *Empresa Industrial Melhoramentos do Brasil*, do ramo de infraestrutura, melhoramentos urbanos e do setor imobiliário. Como político profissional, foi prefeito da cidade do Rio de Janeiro, cacique partidário, teve assento na *Câmara dos Deputados* e no *Senado Federal*. Além de presidir agremiações profissionais como o *Clube de Engenharia* (CURY,2000) e de ajudar a fundar e presidir o *Derby Club*, uma agremiação de hipismo (MELO, 2001, p. 84).

Em 1912, ingressou oficialmente na arena política carioca com sua filiação ao Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF). Cinco anos depois, foi eleito para a cadeira do Senado, com representação pela Capital, mandato que não completou por aceitar o convite feito, em 1919, pelo presidente Delfim Moreira para chefiar a prefeitura do Rio de Janeiro. Após breves seis meses no comando do Executivo Municipal, voltou ao Legislativo Federal, só que desta vez para a cadeira de deputado. Retornaria ao Senado em 1921, de onde só sairia por conta do fechamento do Congresso em 1930. Além de vitorioso nas urnas e gozando de popularidade junto a parcelas da população carioca, o engenheiro foi importante liderança partidária do Distrito Federal. Ajudou a fundar e chefiou a *Aliança Republicana* (AR), uma das principais legendas cariocas. Com a dissidência do partido, em 1922, saiu derrotado em sua proposta de liberar os aliancistas para decidirem qual candidato apoiar na sucessão

presidencial daquele ano, que elegeria Artur Bernardes. Mesmo com o racha que culminou com sua saída da AR, continuou alcançando resultados eleitorais expressivos (PINTO, 2011, p. 62-63).

Em 1889, casou-se com D. Maria Leocádia de Toledo Dodsworth, com quem teve três filhos: Maria Elisa, Henrique Paulo e Maria da Glória de Frontin. Os Dodsworth eram descendentes escocês George John Dodsworth que foi leiloeiro público na Corte do Rio de Janeiro além de manter um antiquário na rua da Misericórdia nos primeiros anos da Independência. (REVISTA DA SEMANA, 1941, edição 8, p. 36.) A família logo se vinculou à aristocracia do Império e, Jorge João Dodsworth, que se tornaria o segundo Barão do Javari, foi estudar Direito na Faculdade de São Paulo, onde se casou com D. Carlota Martins Toledo, uma das filhas do coronel Joaquim Floriano de Toledo, membro da elite política paulista.

João Jorge Dodsworth foi proprietário de terras na região de Miguel Pereira e oficial da Secretaria da Câmara dos Deputados, ofício que lhe rendeu proximidade com membros da elite política imperial, além de receber o título de Barão em 1889. Outra importante ramificação dos Dodsworth foi construída pela irmã de João Jorge, D. Maria Luiza Dodsworth, que se casou com o Almirante Luiz von Hoonholtz, o Barão de Tefé, com que teve os filhos Álvaro, Oscar, Otávio e Nair de Tefé von Hoonholtz. (REVISTA DA SEMANA, 1941. edição 8, p. 36.)

Os Frontin, os Dodsworth e os Tefé tiveram estreitas relações de parentesco e também na vida pública. Assim, D. Maria de Toledo Dodsworth, esposa de Frontin, prima de Nair de Tefé, se casou com o Marechal Hermes da Fonseca em 1913. Durante a presidência de Hermes (1910-1914), Paulo de Frontin comandou a Estrada de Ferro Central do Brasil, maior ferrovia pública do país e um cobiçado cargo do segundo escalão do governo federal (SANTOS, 2017, p. 106-120). Neste mesmo período, o seu irmão, Pedro Max que já vinha de ascendente carreira na Armada foi promovido a Capitão-de-Mar-e-Guerra, em 1912, e chefiou da 1ª Seção do Estado-Maior da Armada (EMA), assento que ocupou até maio de 1913 (REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA. edição 137, 1939, p. 1134).

Neste emaranhado de relações de parentesco, parte da herança política de Paulo de Frontin foi para o seu sobrinho, Henrique de Toledo Dodsworth Filho, sobrinho-neto do Barão de Tefé. Durante os seis meses em que chefiou a prefeitura do Rio de Janeiro, o engenheiro escolheu Henrique para ser seu chefe de gabinete. Formado em direito e medi-

cina, exerceu o cargo de inspetor do ensino secundário em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e no Distrito Federal entre 1917 e 1921. Henrique Dodsworth foi eleito deputado federal, em junho de 1924, e reeleito, em 1927, permanecendo na Câmara até o fechamento da casa legislativa em 1930. Foi também o candidato carioca mais votado para a Assembleia Nacional Constituinte, que elaborou a Constituição de 1934. Voltaria mais uma vez à Câmara dos Deputados, onde exerceu mandato até a instauração do Estado Novo, em 1937, quando foi nomeado interventor da Capital Federal pela vigência de todo o regime. (PECHMAN, Robert. 2010, n. p.).

Por fim, a terceira geração do mapa genealógico, composta por Henrique Paulo de Frontin, formado em Direito, atuou como advogado e como oficial do 2º *Ofício de Registro Especial de Títulos e Documentos da Capital*, o 1º *Ofício* tinha como titular o seu primo Álvaro de Tefé (ALMANAK LAEMMERT. edição 86, 1930. p. 399). Maria Elisa se casou com Álvaro Cordeiro da Rocha Werneck, que foi um dos fundadores do *Botafogo Futebol Clube*, posteriormente se tornou bacharel em direito e delegado de polícia na cidade do Rio de Janeiro (BOLETIM POLICIAL – RJ), fevereiro-março, 1913, p. 36) e Maria da Glória que se casou com o médico Ismael Américo Moniz Freire (ALMANAK LAEMMERT. edição 83, 1927, p. 2079).

Os dados analisados neste artigo mostraram as imbricações entre estratégias familiares, profissionais e empresariais, a partir de personagens que chefiaram o Executivo Municipal do Rio de Janeiro. Em que pese as suas diferenças, constatamos como a força da parentela de Pereira Passos e de Paulo de Frontin lhes facilitaram o acesso ao ensino superior e ao início de suas carreiras por meio da prática do favor pessoal no Império. Também observamos a importância do matrimônio na construção de alianças políticas e no entrelaçamento das redes familiares nas quais esses personagens estavam amparados. Além disto, em ambos os casos, ficou evidente a utilização de postos-chave do Estado para a iniciação de seus herdeiros no mundo da política, embora evocassem a condição de “técnicos”.

Estes dois prefeitos do Rio de Janeiro tiveram origens sociais distintas. O ramo familiar de Pereira Passos teve raízes em uma *parentela* abastada e influente do Vale do Paraíba, que se transformou em uma

família tipicamente burguesa na cidade do Rio de Janeiro. Nesta trajetória, a *grande reforma urbana* da Capital Federal, representou uma fase significativa na sucessão de seus negócios, quando Francisco Pereira Passos deixou o comando da antiga Serraria de Santa Luzia em favor de seu filho mais velho – Paulo Pereira Passos, e levou consigo para a Prefeitura do Distrito Federal o filho mais novo - Francisco de Oliveira Passos, como consultor técnico. Após 1916, com o falecimento do pai e do irmão, Francisco herdaria o comando da empresa da família e o prestígio de seu pai, onde assentou a sua carreira política como liderança de empresários e industriais ao longo do século XX.

Os Frontin, por sua vez, eram menos abastados economicamente e estiveram alijados da política formal do Império. Foi somente a partir da última década do século XIX, que a família enriqueceu e aumentou o seu poder político. Esta ascensão teve como personagem chave, Paulo de Frontin, que se projetou como uma liderança de engenheiros, empresários e industriais durante a Primeira República na figura de presidente de Clube de Engenharia e na cúpula da Empresa Industrial Melhoramentos do Brasil. Além disto, Frontin se transformou em uma das principais lideranças políticas da cidade e transformou o sobrinho Henrique de Toledo Dodsworth Filho no seu principal herdeiro político.

NOTAS

¹ Sobre a *tríade de prefeitos engenheiros* que promoveram grandes transformações na urbe carioca, ver (PINTO, 2011, p. 197-199)

² Força Militar organizada, em 1831, em substituição às milícias e ordenanças do período colonial. Em sua hierarquia, a patente de coronel correspondia ao maior posto de comando municipal ou regional, onde estas guardas policiais tinham o efetivo e remuneração definidos pelas Câmaras Municipais, além de estarem sob as ordens da autoridade judiciária e da Câmara. O seu custeio decorria de subsídios voluntários dos moradores da região e os postos de comando, via de regra, dependiam também do prestígio econômico pessoal de seu titular, que geralmente eram ocupados pelos grandes proprietários rurais. Segundo Victor Nunes Leal, a medida em que se consolidava a centralização do poder nas mãos do governo Imperial, a partir de 1850, foram abolidas gradativamente as nomeações e promoções através das Câmaras Municipais e “não tardaria a tornar-se predominantemente e, depois, meramente honorífica e decorativa: com as suas patentes, distribuídas somente a correligionários, preveniam-se rebeldias ou premiavam-se devoções”. (LEAL, 2012 [1948], p. 203.)

FONTES

LIVROS DE REGISTROS CIVIS E BATISMO

Livros de Registro Civil (1829- 2012) – Circunscrição de pessoas naturais do Rio de Janeiro (Arquivo

Nacional) disponível em: <https://www.familysearch.org/>. Último acesso: 11/09/2020

Livros de Batismo da Igreja Católica (1688-1935). (Arquivo Nacional). Disponível em:

<https://www.familysearch.org/>. Último acesso: 11/09/2020.

IMPRESSOS

ALMANACK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO (RJ) (1854, 1867, 1873,1874,1875, 1880, 1885)

ALMANACK LAEMMERT: ADMINISTRATIVO,

MERCANTIL E INDUSTRIAL (RJ). (1901, 1927, 1930)

BOLETIM POLICIAL (RJ) (1927)

CORREIO MERCANTIL (RJ) (1855, 1859)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1958)

JORNAL DO COMMERCIO (RJ) (1844,1891, 1892)

REVISTA DA SEMANA (RJ) (1941)

REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA (RJ) (1939)

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício de. Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLAN-Rio/ Zahar, 1988; ATHAYDE, Raymundo T. de. Pereira Passos. O Reformador do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1944.

ATHAYDE, Raymundo T. de. Paulo de Frontin. Sua Vida e Obra. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, 1962.

ABREU, Antônio Izaías da Costa. A Ex-Vila da Estrela e seu porto. Artigo - Instituto Histórico de Petrópolis, 1996. Disponível em: < <http://ihp.org.br/?p=960>>. Último acesso em: 20, ago, 2020.

AZEVEDO, André Nunes de. Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2003.

_____. A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: Um Hausmann Tropical. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

CAMPOS, Maristela Chicharo de. O governo da cidade: elites locais e urbanização em Niterói (1835-1890) Niterói: Programa de Pós-Graduação em História - UFF, 2004.

CARDOSO, Elizabeth Dezouart e VAZ, Lilian Fessler. Obras de Melhoria no Rio de Janeiro: Um Debate Antigo e um Privilégio Concorrido. In: Giovanna Rosso del Brenna(org.). Uma Cidade em Questão II. O Rio de Janeiro de Pereira Passos. Rio de Janeiro: Index, 1985.

CARVALHO, Lia de Aquino. Habitações populares. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

CORRÊA, Sampaio. Francisco Pereira Passos.

- Revista do Clube de Engenharia. N. 23, agosto. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, 1936, pp. 1218-1226.
- CURY, Vania Maria. Engenheiros e empresários: o Clube de Engenharia na gestão de Paulo de Frontin(1903-1933). Niterói: PPGH-UFF, 2000. (Tese de Doutorado).
- DIAS, Sônia. Verbete Francisco de Oliveira Passos. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro CPDOC-FGV. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2015. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PASSOS,%20Pereira.pdf>> Acessado em 13/09/2020.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- FILHO, Adolfo Morales de los Rios. Dois Notáveis Engenheiros, Pereira Passos e Vieira Souto. Rio de Janeiro: Ed. A Noite, 1951.
- FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de.(Org.). Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. V.1. 1 aed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FREIRE, Américo Oscar Guichard. Paulo de Frontin: discursos parlamentares. 1. ed. Rio de Janeiro: Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2003.
- GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- KESSEL, Carlos. A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.
- LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. Dos trapiches ao Porto. Um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1991.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. 7a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1948].
- LEVI, Giovanni. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LLOYD, Reginald. Paulo Passos & Cia. In: Impresões do Brasil no século XX: sua história, o povo, o comércio, indústrias e recursos. Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Company Ltda., 1913. n/p. Disponível em: < <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g38f.htm>> .Último Acesso: 05/10/2020.
- MARTINS, Luiz Dodsworth. A Presença de Paulo de Frontin. Rio de Janeiro: Livraria Freitas de Bastos, 1966.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado, 1842-1889. Rio de Janeiro, UFRJ, Tese de Doutorado, 2005.
- MELO, Victor Andrade de. Cidade esportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro .Ed. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2001.
- PALMIER, Luiz. São Gonçalo cinquentenário: história, geografia, estatística. São Gonçalo: Serviço Gráfico do IBGE, 1940. p. 217
- JOPPERT, Maurício da. Paulo de Frontin, o patrono da engenharia brasileira; sua vida, sua obra, sua glória. Rio de Janeiro: Ministério dos Transportes e Clube de Engenharia, 1972.
- OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de Oliveira. Conflitos e disputas pela memória: as ruínas de São João Marcos. In: Revista Memória em Rede, Pelotas, v.4, n.10, Jan./Jun.2014.
- PAULOPOLITANO. Biografia Histórica do Engenheiro Francisco Pereira Passos. Niterói, 1941. (mimeo.).
- PINTO, Surama Conde Sá. Só para iniciados...o jogo político na antiga Capital Federal. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. in FAUSTO, Boris(org.), História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, vol. 1. São Paulo, Difel, 1975.
- SANTOS, Felipe Martins. Trocas políticas entre “amigos” e prestígio de Paulo de Frontin na Primeira República (1896-1911). Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, PPHR, 2017.(Dissertação de Mestrado).
- SILVA, Gastão Pereira da. Pereira Passos, o Reformador. Rio de Janeiro, 1943. (mimeo).